
Padrões Contábeis e Qualidade Informacional: Evidências para o Brasil

Lívia Arruda Castro ¹

Vera Maria Rodrigues Ponte ²

Antônio Carlos Coelho ³

Marcelle Colares Oliveira ⁴

▪ Artigo recebido em: 07/02/2013 ▪▪ Artigo aceito em: 24/02/2016 ▪▪▪ Segunda versão aceita em: 29/02/2016

RESUMO

Investigou-se se demonstrações contábeis elaboradas em padrões contábeis internacionais apresentam atributos diferentes daqueles evidenciados em demonstrações preparadas segundo padrão brasileiro. Examinou-se se o processo de convergência contábil no Brasil levou a alterações nessas diferenças. Utilizou-se o grau de conservadorismo como parâmetro para obter evidências de qualidade distinta entre padrões contábeis. A amostra reúne 55 empresas listadas na BM&FBovespa com demonstrações em dois padrões contábeis no período de 2005 a 2009. Os achados sugerem que diferenças entre esses padrões contábeis não implicam diferentes práticas de conservadorismo. Reforça-se a ideia de que padrões contábeis não garantem qualidade informacional contábil.

Palavras-chave: Conservadorismo incondicional. Padrões internacionais de contabilidade (IFRS e US GAAP). Harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

¹ Mestre em Administração e Controladoria pela UFC. Endereço: Rua República do Líbano, 961/502 – Meireles – CEP: 60160140 – Fortaleza, CE. Telefone: (85) 98174-4440. E-mail: livia.academico@gmail.com

² Doutora em Controladoria e Contabilidade pela USP. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará. Endereço: Avenida da Universidade, 2431 – Benfica – CEP: 60020180 – Fortaleza, CE. Telefone: (85) 9910-49101. E-mail: vponte@fortalnet.com.br

³ Doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP. Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará. Endereço: Avenida da Universidade, 2431 – Benfica – CEP: 60020180 – Fortaleza, CE. Telefone: (85) 33667802. E-mail: accoelho47@gmail.com.

⁴ Doutora em Controladoria e Contabilidade pela USP. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará. Endereço: Avenida da Universidade, 2431 – Benfica – CEP: 60020180 – Fortaleza, CE. Telefone: (85) 33667802. E-mail: marcellecolares@uol.com.br

Accounting Standards and Informational Quality: Evidence for Brazil

Abstract

Was investigated whether financial statements prepared under international accounting standards have attributes different from those evidenced in statements prepared under Brazilian standard. Was examined whether the accounting convergence process in Brazil has led to changes in these differences. Were used the degree of conservatism as a parameter for evidence of quality between different accounting standards. The sample gathers 55 companies listed on the BM&FBovespa with demonstrations in two accounting standards from 2005 to 2009. The findings suggest that differences between these accounting standards do not require different practices of conservatism. It reinforces the idea that accounting standards do not guarantee quality informational accounting.

Keywords: Unconditional conservatism. International accounting standards (IFRS and US GAAP). Brazilian accounting harmonization into international standards.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de convergência às normas contábeis internacionais (IFRS) teve início após a edição da Lei nº 11.638/2007, que alterou significativamente os tópicos de natureza contábil da Lei das Sociedades por Ações. Essa recente convergência constituiu oportunidade única para se examinar se a simples normatização de aplicação de princípios contábeis distintos seria suficiente para alterar as decisões de gestores quanto à qualidade das demonstrações contábeis publicadas.

Nessa linha de raciocínio, a presente pesquisa objetivou investigar se as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com padrões contábeis internacionais (IFRS ou US GAAP) apresentam atributos de qualidade diferentes daqueles evidenciados nas demonstrações preparadas segundo o padrão contábil brasileiro antecedente. Adicionalmente, examinou-se se o processo de convergência contábil implantado no Brasil levou a alterações significativas nessas diferenças.

Segundo Ball, Kothari e Robin (2000), o conservadorismo aumenta a transparência das demonstrações contábeis, sendo importante ferramenta de governança corporativa e de redução da assimetria informacional nos mercados de capitais. Corroborando esta opinião, Lopes e Martins (2005) afirmam que o conservadorismo nos números contábeis fornece informações mais confiáveis aos investidores por meio de demonstrações contábeis que não reflitam otimismo antecipado.

Desde os anos 1980, o conservadorismo tem-se destacado como tema de pesquisas na área contábil, sendo investigado como medida de qualidade

dos lucros divulgados pelos gestores, já que, antecipando o registro de despesas futuras prováveis, requer mais rigor na tempestividade com que registra receitas prováveis. Seguindo tal tendência, utilizou-se o grau de conservadorismo como parâmetro para se obter evidências de qualidade distinta em padrões contábeis distintos.

Pesquisas sobre conservadorismo têm investigado diferenças em saldos contábeis registrados segundo padrões distintos. Esses estudos procuraram mensurar a significância e a materialidade de diferenças encontradas utilizando o Índice de Conservadorismo, doravante IC, definido por Gray (1980); tiveram como referência os montantes de lucro líquido e de patrimônio líquido divulgados em padrões contábeis distintos pela mesma empresa (ADAMS, WEETMAN e GRAY, 1993; UCIEDA, 2003; HAVERTY, 2006; CORDAZZO, 2008; HERNANDEZ et al, 2007).

Tendo como base a premissa de que a prática do conservadorismo é influenciada por características nacionais dos países, como, por exemplo, pelo comportamento de profissionais no julgamento de estimativas; pelos sistemas políticos, jurídicos, tributários e econômicos, pela filosofia de gestão empresarial, pela estrutura e desenvolvimento do mercado de capitais (BALL, ROBIN e WU, 2003), definiram-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- a) As demonstrações contábeis elaboradas de acordo com padrões contábeis internacionais (IFRS ou US GAAP) não apresentaram grau de conservadorismo diferente daquele evidenciado em demonstrações contábeis elaboradas segundo o padrão contábil brasileiro; e
- b) O processo de convergência contábil no Brasil não levou a alterações significantes no grau de conservadorismo reportado pelas empresas que já vinham adotando padrões internacionais (IFRS ou US GAAP).

Tais hipóteses foram testadas por meio de testes de igualdade de médias dos resultados contábeis reportados e dos lucros abrangentes, mensurado pela variação do patrimônio líquido, apurados por distintos padrões contábeis em amostra de empresas com demonstrações contábeis divulgadas em mais de um padrão contábil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O conservadorismo consiste em mecanismo fundamental da estrutura conceitual básica da contabilidade, pois favorece a divulgação de informações confiáveis e úteis. Tradicionalmente, explica-se o conservadorismo pela tendência histórica e universal entre os contadores de seguir a regra de “não antecipar o registro de lucros, mas consignar antecipadamente todas as perdas” (BLISS, 1924 apud BASU, 1997, p. 7).

O conservadorismo é o atributo visto como a aplicação sistemática de práticas contábeis que mantenham em nível relativamente baixo o valor líquido dos ativos.

Ball e Shivakumar (2005) classificam o conservadorismo em duas modalidades: condicional e incondicional. O conservadorismo condicional tem como marco a pesquisa desenvolvida por Basu (1997), o qual associa o fenômeno ao registro antecipado assimétrico de perdas econômicas, detectando-se esse reconhecimento pela reversão de componentes transitórios dos resultados contábeis, quando de variações negativas desses resultados contábeis e pela persistência dos sinais dos resultados contábeis quando acontecem variações positivas nos resultados contábeis (COELHO, 2007). O modelo desenvolvido por Basu (1997) é apontado como o utilizado com mais frequência para avaliar o grau de conservadorismo de resultados contábeis (WATTS, 2003).

Já o conservadorismo incondicional corresponde à aplicação de princípios contábeis geralmente aceitos ou de políticas contábeis que levam a que se reduza o resultado contábil independentemente das boas ou más notícias econômicas correntes (PAE, THORNTON e WELKER, 2005), ou seja, de sinalização de prováveis perdas econômicas. Assim, a presença do conservadorismo incondicional não apresenta qualquer relação direta entre o registro de *accruals* no período corrente com retornos negativos ou positivos esperados, ou com qualquer diferença entre as duas relações (CHANDRA, WASLEY e WAYMIRE, 2004).

A literatura de avaliação da qualidade de resultados contábeis com o emprego dos conceitos de conservadorismo incondicional data do estudo pioneiro de Gray (1980), que comparou diferenças entre os lucros líquidos apurados para empresas da Alemanha, da França e do Reino Unido, segundo padrões contábeis nacionais e padrões contábeis do antigo método europeu, adotado à época da pesquisa. O autor procurou compreender se as características nacionais dos países são significativas na determinação quantitativa dos montantes de lucros divulgados; se há países com padrões contábeis mais conservadores na mensuração dos lucros; e se há correlação entre o comportamento na mensuração de lucros e o desenvolvimento dos mercados de capitais nacionais.

Inferiu o autor que os resultados econômicos de empresas da Alemanha e da França eram significativamente mais conservadores do que aqueles divulgados pelas empresas do Reino Unido, as quais foram consideradas otimistas. Constatou-se, ainda, que não há diferenças estatisticamente significantes entre o nível de conservadorismo das empresas francesas e o das empresas germânicas. O autor também classificou os países pelos graus de conservadorismo dos resultados contábeis das respectivas empresas, concluindo que a França divulgava resultados contábeis mais conservadores, seguida da Alemanha e do Reino Unido.

O estudo de Gray (1980) significou um marco na pesquisa sobre conservadorismo incondicional, sobretudo para a análise de lucros mensurados segundo diferentes padrões contábeis. O IC é capaz não só de revelar a materialidade das diferenças entre resultados contábeis, mas

também de identificar o padrão contábil mais conservador, em face de ajustes entre os padrões contábeis aplicados pela mesma empresa.

Com o objetivo de tornar mais compreensíveis as demonstrações contábeis, o mercado de capitais internacional tem incentivado a sua apresentação em dois padrões contábeis (nacional e internacional), o que estimulou investigações a seguir relatadas sobre o conservadorismo incondicional dos resultados contábeis e sobre as principais diferenças entre os diversos padrões contábeis aplicados.

Adams, Weetman e Gray (1993) estudaram o conservadorismo incondicional nos resultados contábeis de empresas divulgados segundo os padrões contábeis finlandeses e os padrões contábeis internacionais emitidos pelo IASB. Os autores aplicaram o IC em empresas que reconciliaram seus resultados contábeis e patrimônios líquidos, partindo das normas contábeis finlandesas para as normas internacionais referidas, nos anos 1989, 1990 e 1991. Revelou-se que os resultados contábeis apurados de acordo com os padrões contábeis finlandeses foram significativamente mais conservadores em 1989, enquanto nos demais exercícios não se registraram diferenças expressivas. Também se concluiu que o patrimônio líquido apurado de acordo com os padrões contábeis finlandeses foi, em todos os anos, significativamente menor do que aquele reportado segundo as normas internacionais.

Cooke (1993) estudou o conservadorismo incondicional nos resultados contábeis de empresas japonesas listadas em bolsas de valores dos EUA, identificando diferenças entre os valores obtidos segundo as normas contábeis japonesas e aqueles calculados de acordo com o padrão US GAAP. Os achados da pesquisa revelaram que as demonstrações contábeis reportadas segundo normas contábeis japonesas produziram resultados contábeis menores do que aqueles obtidos segundo as normas US GAAP, ou seja, que as normas contábeis japonesas são mais conservadoras.

Street, Nichols e Gray (2000) estudaram o conservadorismo incondicional nos resultados contábeis mensurados segundo normas IFRS e US GAAP. Os autores aplicaram o IC aos resultados contábeis de empresas de diversos países – Alemanha, Austrália, Bermudas, Canadá, China, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Ilhas Cayman, Itália, México, Papua-Nova Guiné, Polônia, Portugal, Rússia, Suécia e Suíça – que reconciliaram seus lucros partindo das normas IFRS para o padrão US GAAP, nos exercícios de 1995, 1996 e 1997. Os achados indicam que os lucros reportados de acordo com o padrão US GAAP eram mais conservadores, verificando-se diferenças significantes nos exercícios de 1995 e 1996.

Ucieda (2003) estudou o conservadorismo incondicional nos resultados contábeis e no patrimônio líquido de empresas espanholas listadas em bolsas de valores dos EUA. O autor investigou as diferenças entre as normas contábeis espanholas e o padrão contábil US GAAP, aplicando o IC em resultados contábeis e em patrimônios líquidos dessas empresas, divulgados no período de 1991 a 2001. Foi observado que os resultados contábeis divulgados sob os dois padrões não apresentavam diferenças significativas, ocorrendo o mesmo

com os respectivos patrimônios líquidos. Contudo, até 1998, os lucros líquidos segundo as normas espanholas foram sempre menores do que aqueles divulgados segundo o padrão US GAAP. A partir de 1999, porém, os lucros mostram-se mais conservadores segundo as práticas contábeis dos EUA. Os patrimônios líquidos mostraram-se sem diferenças até 1998. Entretanto, nos períodos posteriores revelaram-se mais conservadores segundo as normas contábeis espanholas.

Haverty (2006) aplicou o IC em empresas chinesas, procurando avaliar o conservadorismo incondicional segundo as normas IFRS e segundo o padrão contábil US GAAP. Foi aplicado o IC na avaliação de diferenças nos resultados contábeis, no patrimônio líquido, no retorno sobre o patrimônio líquido e no lucro por ação de empresas chinesas listadas na NYSE, no período de 1996 a 2002, obtendo-se como evidência que os resultados contábeis reportados de acordo com as normas IFRS foram menores em relação àqueles reportados pelo padrão US GAAP.

Cordazzo (2008) estudou o conservadorismo incondicional em empresas italianas, com o objetivo de identificar os principais impactos da adoção das IFRS. O autor aplicou o IC aos resultados contábeis, ao patrimônio líquido e ao retorno sobre o patrimônio líquido de empresas listadas na Bolsa de Valores Italiana, no ano de 2005. Os achados revelaram que, em média, o patrimônio líquido e os resultados contábeis divulgados de acordo com as normas contábeis italianas eram estatisticamente iguais àqueles mensurados sob o padrão contábil IFRS.

Hernandez et al (2007) estudaram o conservadorismo incondicional em demonstrações contábeis de instituições bancárias divulgadas de acordo com os padrões contábeis latino-americanos e com o padrão contábil US GAAP. Os autores aplicaram o IC aos resultados contábeis e aos patrimônios líquidos de instituições da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do Panamá e do Peru, listadas na NYSE no período de 1998 a 2003. As evidências foram de que, em geral, os resultados contábeis apurados para essas empresas segundo os padrões contábeis latino-americanos foi, com significância estatística, 64% maior do que aqueles divulgados de acordo com os padrões contábeis dos EUA, enquanto o patrimônio líquido não apresentou diferenças significantes na mesma base de comparação. Esses achados sugerem que as normas contábeis latino-americanas são menos conservadoras que as dos EUA para a divulgação dos números referentes aos resultados contábeis, efetuando ajustes diretos no patrimônio líquido que tiram o efeito do conservadorismo apresentado na demonstração do resultado do exercício.

Rodrigues (2007) investigou o grau de conservadorismo dos resultados contábeis mensurados de acordo com as normas contábeis chinesas e com as normas contábeis IFRS, utilizando como parâmetro o IC. Os achados indicaram que, apesar do enorme esforço dos reguladores chineses para harmonizar suas normas contábeis com as normas editadas pelo IASB, as empresas investigadas, em geral, apresentam lucros mais conservadores

quando mensurados de acordo com as normas contábeis chinesas, contrariando a ideia de que as normas contábeis IFRS produzem lucros com mais qualidade.

Peng et al (2008) analisaram o conservadorismo incondicional nos resultados contábeis de empresas chinesas, no contexto do processo de convergência das práticas contábeis com base em normas contábeis nacionais para o padrão contábil IFRS. Referida pesquisa abrange o período anterior – ano 1999 – e o posterior – 2002 – à vigência deste último padrão a partir de 2001. A pesquisa tem especial relevância porque pôde mensurar, pioneiramente, o efeito da convergência de padrões contábeis nacionais a normas internacionais de contabilidade. Os autores aplicaram o IC aos resultados contábeis de empresas listadas nas bolsas de valores de Shenzhen e Shanghai, nos anos 1999 e 2002. As evidências revelaram que em ambos os exercícios as demonstrações contábeis divulgadas no padrão contábil IFRS divulgaram resultados contábeis menores, ou seja, mais conservadores. Identificou-se, porém, redução significativa nesse nível de conservadorismo em 2002, sugerindo que a adoção do padrão contábil internacional contribuiu para o incremento do conservadorismo praticado pelas empresas sob análise na divulgação de resultados contábeis.

O'Connell e Sullivan (2008) investigaram o conservadorismo incondicional nos resultados de empresas europeias, no momento da primeira implementação de padrão IFRS na elaboração de demonstrações contábeis, ressaltando o impacto da conversão para esse padrão sobre os resultados contábeis de amostra das maiores empresas na União Europeia, por meio da aplicação do IC aos resultados contábeis de 37 empresas da Alemanha, da Bélgica, da Espanha, da França, da Holanda, da Itália e de Portugal que voluntariamente adotaram pelo o padrão IFRS em 2004 e divulgaram suas demonstrações contábeis segundo as normas contábeis nacionais e internacionais.

Concluiu-se que, ao serem convertidas para IFRS, as demonstrações de 27 empresas (73%) apresentaram aumento nos resultados contábeis divulgados, 9 outras (24%) assinalaram redução neste agregado e apenas uma delas não apresentou diferença entre os dois resultados contábeis divulgados. Embora esses achados levassem ao entendimento de que, conceitualmente, as normas IFRS produziram números contábeis menos conservadoras nos países europeus, testes estatísticos revelaram que essas diferenças não eram significantes.

No ambiente brasileiro, cenário da presente pesquisa, estudos foram realizados com a metodologia de identificação de diferenças de conservadorismo incondicional entre padrões contábeis diversos.

Cia, Santos e Cia (2008) investigaram as diferenças entre os resultados contábeis apurados pelas normas contábeis praticadas em países latino-americanos comparativamente ao padrão contábil US GAAP. Os autores aplicaram o IC em empresas da Argentina, do Brasil, do Chile e do México listadas na NYSE. Os índices resultaram em que a contabilidade praticada

nesses quatro países tende a divulgar resultados contábeis menores do que os mensurados conforme o padrão US GAAP, levando a crer que as normas contábeis nacionais desses países produzem resultados mais conservadores do que o padrão US GAAP.

Lemes e Carvalho (2009) avaliaram a materialidade das diferenças de reconciliação dos resultados contábeis de empresas brasileiras listadas na NYSE divulgados de acordo com as normas contábeis brasileiras e com o padrão contábil US GAAP. Ao aplicarem o IC em 30 empresas no período de 2000 a 2005, chegou-se à constatação de que na maior parte das empresas os resultados contábeis produzidos sob normas contábeis dos EUA são menores do que aqueles produzidos segundo as normas contábeis nacionais, sugerindo que o padrão US GAAP é mais conservador do que as normas BR GAAP.

Santos (2009) utilizou o IC para analisar os efeitos nos resultados contábeis da primeira fase da transição das normas contábeis no Brasil para o padrão contábil IFRS, após a vigência deste padrão para a divulgação de demonstrações contábeis (adoção da Lei nº 11.638/2007 e do Pronunciamento Técnico CPC 13), em 2008 com republicação dos resultados contábeis de 2007 nas empresas listadas na BM&FBovespa. Em média, os resultados contábeis revelaram-se maiores com o recém-implantado padrão contábil, indicando menor grau de conservadorismo com o padrão IFRS.

O autor em tela ressaltou que alguns fatores dificultaram a análise mais precisa do impacto da migração para o padrão internacional no resultado das empresas, com destaque para o conturbado processo de regulação, com tempo insuficiente para as empresas se adaptarem ao novo padrão contábil; com a estratégia adotada pelos órgãos reguladores de dividir a implantação do padrão internacional em duas fases; com a faculdade dada às empresas de escolher entre duas datas de transição para publicar demonstrações segundo as novas normas, impossibilitando o cálculo do efeito da migração em todas as empresas em um mesmo exercício; e com a coincidência do primeiro momento de transição com a crise financeira de 2008.

Os achados das pesquisas discutidas revelam evidências erráticas quanto ao atributo do conservadorismo incondicional ser capaz de identificar padrão contábil com maior qualidade informacional, reforçando a ideia de que a aplicação do princípio da prudência depende de incentivos econômicos a que estão sujeitos os gestores das firmas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Desenvolvimento da hipótese

Como se pôde observar das evidências das pesquisas realizadas no ambiente brasileiro, mesmo as que estudaram o conservadorismo após a convergência dos padrões contábeis nacionais (promulgação da Lei nº 11.638/2007) ao padrão IFRS, ainda não foi possível avaliar com precisão se a adoção de padrão contábil internacional trouxe divulgação de resultados

contábeis mais conservadores para as demonstrações contábeis de empresas brasileiras, o que sugere a oportunidade da pesquisa, com recortes diferenciados para o exame da presença de atributos de qualidade nas demonstrações contábeis das empresas no Brasil.

Ball, Robin e Wu (2000, 2003) investigaram o conservadorismo em países em desenvolvimento que adotaram as IFRS. Referidos estudos não encontraram evidências de mudanças na aplicação do conservadorismo após a adoção dessas normas. Os autores atribuíram esse resultado aos baixos incentivos econômicos oferecidos aos administradores para o reconhecimento de perdas mais oportunamente que ganhos, além da grande influência de políticas e práticas fiscais na elaboração das demonstrações contábeis. Assim, concluem os autores que a adoção de padrões internacionais não garante mais qualidade para a informação contábil.

No Brasil, a Lei nº 11.638/2007 provocou modificações substanciais nas práticas e nos padrões contábeis, possibilitando o alinhamento das normas contábeis brasileiras com as IFRS. Porém, os administradores das empresas decidem sobre o reconhecimento de perdas quando da elaboração das demonstrações contábeis tanto em padrões contábeis brasileiros quanto em padrões contábeis internacionais ou ainda em padrões contábeis nacionais convergentes a padrões universais.

Deste modo, a maximização de sua utilidade ou a maximização do valor da firma é o que motiva sua decisão de prudência nos números contábeis divulgados; limitado às normas contábeis, a discricionariedade dos gestores pode produzir resultados contábeis diferentes, de modo a reduzir a assimetria informacional ou a direcionar redução de custo de capital, sinalizando com medidas de menor risco para os investidores.

Deve-se destacar também que o Brasil é um país influenciado pelo modelo euro continental, com tradição de sistema jurídico codificado, caracterizado por regulamentação contábil com forte influência do governo e baixa proteção aos investidores privados, além de forte concentração de propriedade (COELHO, 2007).

Com base nesse contexto, foram definidas as seguintes hipóteses:

- a) As demonstrações elaboradas de acordo com padrões contábeis internacionais (IFRS ou US GAAP) não apresentaram grau de conservadorismo diferente daquele evidenciado em demonstrações elaboradas segundo o padrão contábil brasileiro; e
- b) O processo de convergência contábil no Brasil não levou a alterações significantes no grau de conservadorismo reportado pelas empresas que já vinham adotando padrões contábeis internacionais (IFRS ou US GAAP).

3.2 Desenho da Pesquisa

A amostra reúne sociedades por ação de capital aberto que atuam no Brasil e que estavam listadas em mais de um mercado, as quais, por conta da

dupla participação em mercados, durante o período de 2005 a 2009, divulgaram obrigatoriamente demonstrações contábeis preparadas no padrão contábil brasileiro e em padrão contábil internacional (IFRS ou US GAAP). Esse intervalo de tempo foi definido com base no processo de convergência – Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 – do padrão contábil brasileiro ao do IASB. As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 2005, 2006 e 2007 apresentam-se antes desse alinhamento, enquanto as dos exercícios de 2008 e 2009 apresentam-se já alinhadas com as novas práticas.

Assim, selecionaram-se empresas listadas no segmento de governança corporativa da BM&FBovespa as quais, por força de regulamento específico são obrigadas a divulgar demonstrações contábeis de acordo com padrões contábeis internacionais (US GAAP ou IFRS) e em padrões contábeis brasileiros. Também se arrolaram empresas listadas simultaneamente no mercado tradicional da bolsa brasileira e no mercado norte-americano, por meio de emissão de *American Depositary Receipts* (ADR). Essas firmas divulgaram demonstrações contábeis em dois padrões (brasileiro e internacional), nos exercícios de 2005 a 2009. Trata-se de amostra que considera todas as empresas do Brasil que, no período, divulgaram demonstrações contábeis em dois padrões contábeis e que dispunham de informações necessárias ao processamento de estimação, totalizando 55 empresas, inclusive 21 emissoras de ADR.

Foram reunidas informações dos resultados contábeis divulgados pela Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) e do patrimônio líquido ajustado (PL) dessas empresas; o patrimônio líquido ajustado (PL divulgado ajustado pelas distribuições de dividendos e aumentos de capital) foi utilizado como *proxy* para o lucro abrangente, uma vez que a legislação brasileira da época não exigia a publicação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), ora instituído. Objetivou-se captar os ajustes no PL provenientes de alterações patrimoniais cujo registro não transita pela DRE, que podem mesmo ser efetuados para atendimento do princípio do conservadorismo.

Os dados foram extraídos do *website* <<http://www.bmfbovespa.com.br>>, na seção de informações relevantes, das “Demonstrações Financeiras em Padrões Internacionais”. Dados complementares para empresas listadas na NYSE foram extraídos do *website* <<http://www.nyse.com>>, na seção “*Listings Directory*”, dos Formulários 20-F.

No sentido de se uniformizar as informações coletadas, a tabulação dos dados foi sucedida por conversão dos valores em moeda estrangeira para a moeda brasileira, utilizando-se a taxa de câmbio de compra do Banco Central (PTAX).

Foram excluídos *outliers* com IC superior a 3 – diferenças superiores a 300% entre os dois padrões, tanto para o tratamento de resultados contábeis quanto de números do PL – resultando em amostra final com 196 observações-ano de resultados contábeis reportados e 204 observações-ano representativas de lucros abrangentes, detalhadas por período na Tabela 1,

onde se destaca, também, o padrão internacional utilizado nas demonstrações simultâneas.

Tabela 1 -Quantidade de Demonstrações Contábeis

Exercício	Lucros Líquidos			Lucros Abrangentes		
	IFRS	US GAAP	TOTAL	IFRS	US GAAP	TOTAL
2005	3	27	30	3	26	29
2006	6	27	33	7	28	35
2007	11	25	36	11	25	36
2008	24	25	49	25	25	50
2009	24	24	48	27	27	54
TOTAL	68	128	196	73	131	204

No período de 2005 a 2007, há preponderância de demonstrações contábeis divulgadas pelo padrão contábil US GAAP. Já nos exercícios de 2008 e 2009 observa-se significativa mudança de comportamento dos gestores, que passam a adotar mais intensamente o padrão contábil IFRS. Esta alteração coincide com o processo de convergência das normas e práticas contábeis brasileiras ao padrão IFRS.

As medidas de conservadorismo mensuradas e testadas foram constituídas pelo Índice de Conservadorismo (IC) e por diferenças relativas entre resultados contábeis e entre montantes do PL divulgados em distintos padrões contábeis.

Gray (1980) desenvolveu o IC, o qual vem sendo amplamente utilizado na mensuração do grau de conservadorismo incondicional dos lucros, ao se comparar diferenças nos resultados contábeis segundo dois padrões contábeis distintos. Este autor considera que a mensuração dos lucros se opera mediante aplicação de um conjunto de práticas contábeis, possibilitando que diferentes padrões contábeis produzam resultados com diferentes níveis de conservadorismo.

O IC corresponde à correlação entre a mensuração de variáveis de desempenho contábil de uma empresa e o conservadorismo incondicional aplicado pelo padrão contábil que a mensura, o qual é influenciado por características internas dos países, como, por exemplo, filosofia de gestão empresarial, estrutura e desenvolvimento do mercado de capitais, regulação, normas contábeis, legislação contábil e legislação tributária.

O IC pode ser obtido mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$IC = 1 - \left\{ \frac{\text{Desempenho Padrão Contábil A} - \text{Desempenho Padrão Contábil B}}{|\text{Desempenho Padrão Contábil A}|} \right\}$$

IC maior que 1 indica que o desempenho reportado de acordo com o padrão contábil B é maior do que o desempenho mensurado segundo o padrão contábil A, indicando maior grau de conservadorismo aplicado pelo padrão contábil A na apuração do desempenho econômico da empresa. IC menor que 1 indica maior grau de conservadorismo aplicado pelo padrão

contábil B. IC igual a 1 indica que os desempenhos foram apurados com a mesma prudência, assegurando iguais níveis de conservadorismo.

Posteriormente, Weetman, Nichols e Gray (1998) renomearam o IC para Índice de Comparabilidade, colocando clara ênfase no tratamento relativo, sem exigir tratamento analítico do que é mais ou menos conservador. Destaca-se que o IC requer que os resultados contábeis comparados reflitam o desempenho econômico efetivo da empresa, apenas apurados e reportados por padrões contábeis distintos.

O cálculo de IC foi realizado mediante aplicação das fórmulas seguintes, sendo agrupados de acordo com os exercícios pertinentes para inferências da pesquisa:

Resultados Contábeis:

a) (padrão BR GAAP/padrão IFRS)

$$IC1 = 1 - \{(LL\ IFRS - LL\ BR\ GAAP) / |LL\ IFRS|\}$$

b) (padrão BR GAAP/padrão US GAAP)

$$IC2 = 1 - \{(LL\ US\ GAAP - LL\ BR\ GAAP) / |LL\ US\ GAAP|\}$$

Lucro Abrangente:

c) (padrão BR GAAP/padrão IFRS)

$$IC3 = 1 - \{(PL\ IFRS - PL\ BR\ GAAP) / |PL\ IFRS|\}$$

d) (padrão BR GAAP/padrão US GAAP)

$$IC4 = 1 - \{(PL\ US\ GAAP - PL\ BR\ GAAP) / |PL\ US\ GAAP|\}$$

Os testes da hipótese de diferenças estatisticamente nulas entre os graus de conservadorismo foram realizados diretamente com as diferenças calculadas entre os desempenhos reportados nos diversos padrões contábeis, seguindo-se o esquema das estimativas do IC acima; tal procedimento decorre da impossibilidade de separar as amostras para os diversos padrões contábeis referenciados segundo seu IC, eis que esta medida já implica na comparabilidade direta das amostras.

Adicionalmente, foi testada a significância de diferenças no IC – nos padrões contábeis comparados – em diferentes momentos do tempo, para captar efeitos da convergência às IFRS dos padrões contábeis brasileiros.

Assim, foi utilizado o teste de igualdade de médias para duas amostras independentes, consideradas amostras os padrões contábeis e não as empresas, no primeiro caso; já no segundo caso, foram consideradas como amostras independentes os períodos anteriores e posteriores à adoção compulsória pelas empresas dos novos princípios contábeis; relataram-se os resultados de testes paramétricos (*t-student*) e não paramétricos (*Wilcoxon*).

4 RESULTADOS

Os Índices de Conservadorismo estimados são analisados segundo os diferentes padrões comparados – IFRS/BR GAAP e US GAAP/BR GAAP – e mensurados pelos resultados contábeis e pelo lucro abrangente, durante o período amostrado, na forma das Tabelas 2 e 3.

Na Tabela 2 se constata que os padrões contábeis brasileiros apresentam, na média, maior grau de conservadorismo incondicional,

tomado o conjunto total das empresas (Painel A), segundo os resultados contábeis reportados; todavia, já no Painel B se verifica que os ajustes efetuados diretamente no PL conduzem o índice de conservadorismo para apontar idêntico grau nos dois padrões, quando estimado considerando o conceito de lucro abrangente.

Nota-se, ano a ano, que, consistentemente, os ajustes para o lucro abrangente conduzem a que se observem níveis mais semelhantes de conservadorismo incondicional nos dois padrões analisados na Tabela 2.

Ademais, pela ausência de tendência temporal no IC de cada período e pela expressiva variância entre os resultados das empresas, como mostra o desvio padrão dos dois painéis, não se afigura que haja padrão contábil que tenha imposto informações mais ou menos conservadoras; apenas se destaca que no final do período, contrariando as expectativas, a dispersão em torno do IC se acentua independente do processo de convergência em curso no período. Parece que os ajustes regulatórios afetaram de forma desigual aos diversos setores e empresas brasileiras.

Tabela 2 - Índices de Conservadorismo – Padrões IFRS/BR GAAP

PAINEL A - Padrões IFRS/BR GAAP						
Resultados Contábeis	2005	2006	2007	2008	2009	2005/2009
Média	0,74	0,86	0,85	0,77	1,00	0,87
Mínimo	0,43	0,52	0,39	-1,34	-0,33	-1,34
Máximo	1,00	1,07	1,61	1,41	2,05	2,05
Intervalo	0,56	0,54	1,22	2,75	2,37	3,39
Desvio-padrão	0,28	0,21	0,36	0,51	0,44	0,44
N	3	6	11	24	24	68
PAINEL B - Padrões IFRS/BR GAAP						
Lucro Abrangente	2005	2006	2007	2008	2009	2005/2009
Média	1,05	0,95	0,92	0,96	1,08	1,00
Mínimo	0,93	0,72	0,70	0,20	0,66	0,20
Máximo	1,24	1,10	1,03	2,22	2,55	2,55
Intervalo	0,31	0,38	0,33	2,02	1,88	2,35
Desvio-padrão	0,17	0,12	0,10	0,40	0,42	0,35
N	3	7	11	25	27	73

O IC calculado para as 128 observações referentes às empresas que adotaram simultaneamente padrões US GAAP/BR GAAP, conforme resultados apresentados na Tabela 3, também não indicam prevalência de grau de conservadorismo para qualquer dos padrões sob comentário. Na comparação desses dois padrões, os ajustes entre os resultados contábeis e o lucro abrangente não são relevantes, eis que não seguem um modelo, já que o sinal do ajuste é indefinido. O comportamento errático na análise temporal do IC confirma o provável efeito diferenciado entre empresas e setores do uso dos preceitos contábeis na determinação dos lucros reportados pelas empresas da amostra.

Para esse caso, revela-se menos clara a tendência de conservadorismo, inclusive se caracterizando grande volatilidade entre empresas embora com

valores médios mais uniformes temporalmente. Não se define, assim, com clareza, a predominância de padrão contábil que produza resultados mais conservadores, em sua forma incondicional.

Destaque-se que no caso destes dois padrões não se percebe mudanças de comportamento em função da convergência do padrão contábil brasileiro ao IFRS, eis que nos últimos anos se observa o mesmo padrão de dispersão em torno do Índice de Conservadorismo.

Tabela 3 - Índices de Conservadorismo – Padrões US GAAP /BR GAAP

PAINEL A - Padrões US GAAP /BR GAAP						
Resultados Contábeis	2005	2006	2007	2008	2009	2005/2009
Média	0,79	1,06	0,95	1,02	0,97	0,96
Mínimo	-1,80	0,23	0,39	-0,32	-0,23	-1,80
Máximo	1,25	2,45	1,80	2,61	2,14	2,61
Intervalo	3,05	2,22	1,41	2,93	2,38	4,41
Desvio-padrão	0,57	0,50	0,27	0,56	0,47	0,49
N	27	27	25	25	24	128
PAINEL B - Padrões US GAAP /BR GAAP						
Lucro Abrangente	2005	2006	2007	2008	2009	2005/2009
Média	1,03	1,09	0,99	0,98	0,83	0,98
Mínimo	0,45	0,70	0,64	0,67	-2,35	-2,35
Máximo	2,42	2,04	1,90	1,93	2,11	2,42
Intervalo	1,97	1,35	1,25	1,26	4,46	4,77
Desvio-padrão	0,40	0,38	0,24	0,26	0,71	0,44
N	26	28	25	25	27	131

O IC, por sua estrutura, sugere padrão contábil que aponte maior grau de conservadorismo em relação a outro padrão sem confirmar, contudo, a magnitude ou significância das diferenças. Para testar estatisticamente as inferências levantadas anteriormente sobre a igualdade entre os graus de conservadorismo estimados para os diversos padrões contábeis em relação ao padrão contábil brasileiro optou-se por mensurar diretamente a igualdade entre os lucros líquidos e os patrimônios líquidos reportados por cada um dos padrões, examinando-se, ao mesmo tempo, a significância das diferenças sob comentário, utilizando-se como amostras independentes os números contábeis gerados por cada um dos padrões contábeis estudados. Também se considerou todo o grupo de demonstrações contábeis, aglutinando-se os números contábeis em IFRS e em US GAAP.

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados, comparando-se os resultados contábeis (reportados na DRE) e os lucros abrangentes, cuja *proxy* é a diferença do PL ajustado entre padrões contábeis: a) em BR GAAP e IFRS; b) em BR GAAP e US GAAP; c) em BR GAAP e padrões internacionais (IFRS ou US GAAP). A análise dos dados da Tabela 4 revela, consistentemente, que as médias dos resultados contábeis apurados segundo o padrão contábil brasileiro são inferiores àquelas obtidas em padrões contábeis internacionais. Somente no ano 2006, registrou-se comportamento diferenciado, em relação ao padrão contábil US GAAP, sem significância estatística, contudo.

Estas evidências suportam as inferências da Tabela 3-Painel A apenas para o ano de 2008, no que se refere ao padrão contábil IFRS; coincidentemente, quando os padrões contábeis brasileiros convergem para o mesmo IFRS; sugere que o comportamento derivou de ajustes acumulados em face da mudança de padrão contábil.

Já para os anos de 2005, 2007 e 2008, os padrões contábeis brasileiros geraram menores lucros que os outros padrões internacionais, confirmando em linhas gerais as inferências feitas segundo o IC (vide Tabelas 2 e 3); apenas em 2006 e 2009 a diferença entre resultados contábeis se afigura nula, não indicando padrão contábil com maior grau de conservadorismo. Nos demais períodos, o padrão contábil brasileiro indica maior grau de conservadorismo.

Registre-se, ainda, que a média das diferenças entre os resultados contábeis, em números absolutos é 23%, indicando que o lucro apurado por padrões contábeis brasileiros é menor em montante relevante, destacando-se diferenças negativas de magnitude expressiva (máxima de -91%).

Tabela 4 - Análise de Diferenças nos Lucros Reportados

Ano	Padrão contábil	Resultados Contábeis	Lucro Abrangente
		Diferença da Média (% sobre BR GAAP)	Diferença da Média (% sobre BR GAAP)
2005	BR GAAP	-30,9%	6,4%
	IFRS		
	BR GAAP	-9,4%****	-40,9%***
	US GAAP		
Padrões Internacionais	BR GAAP	-9,6%****	-40,2%***
	IFRS		
	US GAAP		
2006	BR GAAP	-31,2%	-1,2%
	IFRS		
	BR GAAP	5,1%	2,7%
	US GAAP		
Padrões Internacionais	BR GAAP	2,6%	1,8%
	IFRS		
	US GAAP		
2007	BR GAAP	-49,8%	-14,1%**
	IFRS		
	BR GAAP	-6,6%	-6,1%****
	US GAAP		
Padrões Internacionais	BR GAAP	-11,4%****	-7,2%*
	IFRS		
	US GAAP		
2008	BR GAAP	-91,3%***	-5,3%***
	IFRS		
	BR GAAP	-21,6%	-4,0%**
	US GAAP		
Padrões Internacionais	BR GAAP	-25,9%***	-4,3%+
	IFRS		
	US GAAP		
2009	BR GAAP	-23,2%	-6,7%
	IFRS		
	BR GAAP	-15,7%	-15,5%*
	US GAAP		
Padrões Internacionais	BR GAAP	-17,0%	-13,7%*
	IFRS		
	US GAAP		

Ano	Padrão contábil	Resultados Contábeis	Lucro Abrangente
		Diferença da Média (% sobre BR GAAP)	Diferença da Média (% sobre BR GAAP)
Padrões Internacionais			
Média em Valor Absoluto		23,4%	11,3%

Nota. Teste t: * Significante a 1 %; ** Significante a 5%; *** Significante a 10%. Teste Z: + Significante a 1 %; ++ Significante a 5%; +++ Significante a 10%.

Quando se analisam as diferenças em termos de lucro abrangente nota-se que apenas no ano de 2006 não se apresenta significância estatística diferenciando o PL; nos demais períodos há clara e significativa predominância de lucros abrangentes mais conservadores no cenário dos padrões brasileiros em relação a todos os padrões contábeis internacionais. A média da diferença em números absolutos entre o PL gerado pelo padrão contábil brasileiro e por padrões contábeis internacionais diminui para a metade (11,3% do PL em BR GAAP), indicando que os ajustes decorrentes de registros que não transitam pela DRE convergem para incorporar informações que estão presentes na apuração do lucro em padrões internacionais.

Ressalte-se que se afirma o conteúdo conservador do lucro em padrão contábil brasileiro em relação àqueles internacionais, reduzindo-se, contudo, discrepâncias decorrentes do lucro divulgado no Brasil.

Verificando se o processo de convergência contábil iniciado no Brasil teria influenciado significativamente no grau de conservadorismo reportado como sugere o comportamento atípico do ano de 2008, período do início da adoção de novos padrões contábeis no Brasil, vê-se pela análise da Tabela 5.

A segregação de IC para grupos diversos de períodos, tendo como foco o ano de 2008, início da adoção de padrão contábil brasileiro convergente ao IFRS não revelou influência significativa no referencial de conservadorismo produzido pelo processo de mudança de padrão contábil. No Painel A, onde se considera o período inteiro em dois grupos, as diferenças entre médias são nulas para os dois tipos de lucro em discussão.

Ao se segregar o ano de 2009, quando a implantação do padrão contábil baseado no IFRS está mais estratificada, nota-se que se acentua o menor conservadorismo incondicional do padrão contábil brasileiro em relação a resultados contábeis extraídos em padrões contábeis internacionais.

Tabela 5 - IC – Comparação Temporal

Padrão contábil	Períodos	IC Médio	
		Resultados Contábeis	Lucro Abrangente
PAINEL A			
BR GAAP x IFRS	2005, 2006 e 2007	0,83	0,95
	2008 e 2009	0,89	1,02
BR GAAP x US GAAP	2005, 2006 e 2007	0,94	1,04
	2008 e 2009	1,00	0,90
BR GAAP x Padrões Internacionais	2005, 2006 e 2007	0,92	1,02
	2008 e 2009	0,94	0,96

Padrão contábil	Períodos	IC Médio	
		Resultados Contábeis	Lucro Abrangente
PAINEL B			
BR GAAP x IFRS	2005 a 2008	0,80 ****+	0,95
	2009	1,00	1,08
BR GAAP x US GAAP	2005 a 2008	0,96	1,03**
	2009	0,97	0,83
BR GAAP x Padrões Internacionais	2005 a 2008	0,91 +++	1,00
	2009	0,98	0,95
PAINEL C			
BR GAAP x IFRS	2008	0,77	0,96
	2009	1,00	1,08
BR GAAP x US GAAP	2008	1,02	0,98
	2009	0,97	0,83
BR GAAP x Padrões Internacionais	2008	0,90 +++	0,97
	2009	0,98	0,95

Nota. Teste t: * Significante a 1%; ** Significante a 5%; *** Significante a 10%. Teste Z: + Significante a 1%; ++ Significante a 5%; +++ Significante a 10%.

Nos Painéis B e C isto se evidencia com respeito às comparações entre o padrão contábil brasileiro e o padrão contábil IFRS e genericamente com padrões internacionais. Já no conceito de lucro abrangente há indicação de comportamento inverso quanto à comparação de conservadorismo entre BR GAAP e US GAAP; no Painel B se mostra significativa um incremento do conservadorismo presente nos números contábeis em padrão brasileiro.

Todavia não se pode afirmar que ocorreram mudanças relevantes nos níveis de conservadorismo do padrão contábil brasileiro comparativamente aos padrões contábeis internacionais, eis que as evidências são incompletas e pouco robustas.

Conforme Santos (2009) é possível que, devido ao acelerado processo de regulação, não tenha havido tempo suficiente para que as empresas se adaptassem à nova contabilidade, uma vez que a Lei nº 11.638 e demais marcos regulatórios (pronunciamentos técnicos CPC 1 a 14, MP nº 449, e Orientação Técnica OCPC 01) foram publicados todos entre 2007 e 2008.

Do ponto de vista estrito das normas contábeis, identificam-se, em resumo, as principais práticas divergentes entre o padrão contábil brasileiro e os padrões contábeis internacionais comparados na pesquisa; do ponto de vista da apuração dos resultados contábeis entre BR GAAP e IS GAAP aponta-se a contabilização de eventos relacionados com combinação de negócios; com planos de pensão; com capitalização de juros e os critérios de conversão de demonstrações contábeis. Já as diferenças entre os lucros mensurados de acordo com padrões BR GAAP e IFRS resultaram principalmente de divergências na forma de contabilização de transações referentes à combinação de negócios; no modo de reconhecimento de receitas; nas regras de capitalização de juros e nos critérios de conversão de demonstrações contábeis.

Identificou-se que as diferenças entre os valores do PL derivados do conceito de lucro abrangente nos padrões contábeis em BR GAAP e em IFRS resultaram, principalmente, das diferenças de critérios adotados para contabilização de eventos relacionados com custos de transação na emissão de títulos, com o registro de arrendamento mercantil, com o reconhecimento decorrente de combinação de negócios, de planos de pensão e com a forma de capitalização de juros, além da reavaliação de ativos praticada no Brasil.

Novamente identificou-se que as diferenças entre os padrões BR GAAP e US GAAP em termos de PL resultaram, principalmente, das diferenças de critérios adotados para contabilização dos eventos relacionados à combinação de negócios, aos planos de pensão, à reversão de dividendos, à capitalização de juros, à remuneração com base em ações e à emissão de debêntures.

5 CONCLUSÕES

O panorama dos achados da pesquisa apresenta um quadro indefinido quanto aos atributos de conservadorismo incondicional envolvendo tanto as evidências pelo Índice de Conservadorismo de Gray (1980) quanto pela comparação dos níveis de resultados contábeis e de lucros abrangentes de 50 empresas brasileiras que divulgaram demonstrações contábeis simultâneas por padrões contábeis brasileiros e por padrões contábeis internacionais no período de 2005 a 2009.

Embora haja predominância de lucros menores, mais conservadores, no conjunto das demonstrações contábeis elaboradas pelo padrão contábil brasileiro não se pode rejeitar, de forma estatisticamente significativa, a hipótese de que as demonstrações elaboradas de acordo com padrões contábeis internacionais não apresentam grau de conservadorismo diferente daquele evidenciado em demonstrações elaboradas segundo o padrão brasileiro.

Também não se pode rejeitar de forma categórica a hipótese de que o processo de convergência contábil iniciado no Brasil não leva a alterações significativas no grau de conservadorismo reportado pelas empresas que já vinham adotando simultaneamente padrões contábeis internacionais. Apenas se constata que os lucros reportados (nos dois conceitos abordados) no ano da mudança de padrão contábil apresentaram comportamento fortemente atípico, na direção de acentuar o conservadorismo do padrão brasileiro.

Tal evidência reforça a ideia de que a prática do conservadorismo é bastante influenciada pela gestão da firma, que, em última instância, delibera sobre a divulgação dos resultados, independentemente do padrão contábil aplicado. Vale destacar que estudos anteriores já indicam que a prática de conservadorismo decorre do ambiente institucional, dos incentivos econômicos recebidos pelos gestores para a divulgação de relatórios contábeis e do papel desempenhado pela contabilidade na resolução de

litígios e monitoramento de contratos. Assim, enquanto não forem alterados mecanismos políticos, jurídicos e econômicos que afetam os incentivos econômicos oferecidos aos administradores, os níveis de conservadorismo permaneceriam inalterados.

No caso do Brasil a tendência dominante e significativa de maior nível de conservadorismo no conceito de lucro líquido pode estar atrelada à contabilidade de padrão euro continental, com forte influência da prática fiscal na apuração dos resultados contábeis, traço institucional marcante no ambiente contábil brasileiro até o processo de convergência, onde tal procedimento foi formalmente alterado.

Também se pode entender que tal tendência tenha base no motivo político de gerar lucros de menor magnitude, de forma a proteger as empresas do crivo político que tende a impor custos de transação a empresas bem sucedidas, típico de ambientes econômicos em desenvolvimento e de forte concentração de propriedade.

Assim, não se confirmam assertivas de Lopes e Martins (2005) de que padrões contábeis que se baseiam no modelo de direito consuetudinário (*common-law*) e estão mais voltados para os investidores (como é o caso dos padrões IFRS e US GAAP) são mais conservadores do que aqueles influenciados pelo modelo de direito codificado e direcionados para o atendimento das demandas do governo (como é o caso do padrão BR GAAP). Os achados ora apresentados sugerem que as diferenças entre esses padrões contábeis não necessariamente implicam diferentes práticas de conservadorismo. Contudo, as evidências atendem aos conceitos dos mesmos autores de que o grau de conservadorismo está diretamente relacionado ao modelo de governança corporativa dos países.

Os achados estão em linha com o estudo de Cia, Santos e Cia (2008), que revelou caráter conservador dos lucros apurados pelo padrão contábil brasileiro, quando comparado àquele obtido de acordo com o padrão US GAAP. No entanto, as diferenças entre os lucros reportados em BR GAAP e aqueles apurados sob padrões internacionais não são significantes em todos os períodos; portanto, as inferências devem ser vistas com cautela.

Diante dos achados, pode-se inferir que a aplicação do conservadorismo não está relacionada apenas a padrões contábeis adotados. Reforçam-se as conclusões de Ball e Robin et al (2000, 2003), segundo as quais a adoção de padrões contábeis com elevados níveis de qualidade técnica não garante a alta qualidade econômica da informação contábil, já que os incentivos econômicos oferecidos aos administradores é que conduzem o processo de elaboração dos relatórios contábeis.

Espera-se que o presente estudo venha a subsidiar futuras pesquisas sobre os impactos da adoção das IFRS nas empresas brasileiras, a partir de 2010, ano em que se deu a plena adoção desse padrão no país. Em estudos futuros, poderiam ser analisados (a) o impacto da governança corporativa na utilização do conservadorismo; (b) a natureza quantitativa das diferenças entre práticas contábeis no padrão brasileiro e nos padrões internacionais (US

GAAP ou IFRS); (c) a diferença de níveis de conservadorismo entre empresas de diferentes setores da economia; (d) a diferença de níveis de conservadorismo em empresas de grande, médio e pequeno porte; e (e) a análise dos níveis de conservadorismo condicional em virtude da convergência contábil ao IFRS, com análise comparativa com os números produzidos antes da mudança contábil acontecida em 2008.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A.; WEETMAN P.; GRAY, S. J. Reconciling national with international accounting standards: lessons from a study of finnish corporate reports. **European Accounting Review**, v.2, p.471-494, 1993.

BALL, R. J.; ROBIN, A.; WU, J. S. Accounting standards, the institutional environment and issuer incentives: effect on timely loss recognition in China. **Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics**, v.7, p.71-96, 2000.

_____; _____; _____ Incentives versus standards: properties of accounting income in four east Asian countries. **Journal of Accounting and Economics**, v. 7, p. 71-96, 2003.

_____, KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, p. 1-51, 2000.

_____; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, p. 83-128, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n.1, p. 3-37, 1997.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

CHANDRA, U.; WASLEY, C. E; WAYMIRE G. B. **Income conservatism in the U.S. technology sector**. Working Paper. University of Rochester, USA, 2004.

CIA, J. N. S.; SANTOS, E. S.; CIA, J. C. US GAAP x normas contábeis dos países da América Latina: há diferenças significativas no valor do lucro reportado pelas empresas com ADRs na NYSE? In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. CD- ROM.

COELHO, A. C. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil**. 249f. Tese (doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2007.

COOKE, T. E. The impact of accounting principles on profits: the US versus Japan. **Accounting and Business Research**, v. 23, p. 460-476, 1993.

CORDAZZO, M. **The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidence from Italian listed companies**. Working Paper, Free University of Bozen-Bolzano, Italy, 2008.

GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some European evidence. **Journal of Accounting Research**, v. 18, n. 1, p.64-76, 1980.

HAVERTY, J. L. Are IFRS and US GAAP converging? Some evidence from people's republic of China companies listed on the New York stock exchange. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 15, p. 48-71, 2006.

HERNANDEZ, S. M.; MANZANO, M. P.; HAZERA, A.; QUIRVAN, C. Latin American banking institutions trading on New York Stock Exchange: convergence–divergence of Latin American accounting standards and US GAAP. **Advances in International Accounting**, v. 20, p. 225-252, 2007.

LEMES, S.,; CARVALHO, L. N. G. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e US GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 20, n.50, p. 25-45, 2009.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

O'CONNELL, V.; SULLIVAN, K. The impact of mandatory conversion to IFRS on the net income of FTSEurofirst 80 firms. **Journal of Applied Research in Accounting and Finance**, v. 3, n. 2, p. 17-26, 2008.

PAE, J.; THORNTON, D. B.; WELKER, M. The link between earnings conservatism and the price-to-book ratio. **Contemporary Accounting Research**, v. 22, n. 3, p. 693-717, 2005.

PENG, S.; TONDKAR, R. H.; SMITH, J.; HARLESS, D. W. Does convergence of accounting standards lead to the convergence of accounting practices? A study from China. **International Journal of Accounting**, v. 43, p. 448-468, 2008.

SANTOS, E. Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados de 2008 das empresas brasileiras abertas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009. CD- ROM.

RODRIGUES, J. M. **Contabilidade na China: evolução histórica e análise da aderência da normatização contábil aos padrões internacionais do IASB**. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

STREET, D. L.; NICHOLS, N. B.; GRAY, S. J. Assessing the acceptability of international accounting standards in the US: an empirical study of the materiality of US GAAP reconciliation's by non-US companies complying with IASC standards. **International Journal of Accounting**, v. 35, n.1, p.27-63, 2000.

UCIEDA, J. L. A decade of reconciliations to US GAAP: what have we learned. **Spanish Journal of Finance and Accounting**, v. 115, p. 69-115, 2003.

WATTS, L. R. Conservatism in accounting, part II: evidence and research opportunities. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 4, p. 287-301, 2003.

WEETMAN, P. E.; NICHOLS, N. B.; GRAY, S. J. Profit measurement and UK accounting standards: a case of increasing disharmony in relation to US GAAP and IASs. **Accounting and Business Research**, v. 38, n. 3, p. 189-208, 1998.